

Estado de Mato Grosso CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

PARECER Nº 20/2025

Câmara Municipal de Querência - MT
PROTOCOLO GERAL 839/2025
Data: 18/08/2025 - Horário: 07:36
Legislativo

Da Comissão Permanente De Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, sobre o Projeto de Lei n.º 027/2025, que institui bonificação para professores da rede pública municipal de ensino.

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei Ordinária (PLO) nº 027/2025, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, tem como finalidade instituir uma bonificação por resultados para os professores unidocentes do Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) da Rede Pública Municipal de Ensino. A bonificação, de natureza eventual e desvinculada dos vencimentos, será paga anualmente com base em metas de desempenho profissional e resultados de avaliação da aprendizagem dos alunos. A proposta visa aprimorar a qualidade da educação nas séries iniciais e incentivar o alcance de metas educacionais.

Em análise preliminar, o Parecer Jurídico nº 44/2025 desta Casa Legislativa havia apontado a ausência da estimativa de impacto orçamentário-financeiro e da declaração do ordenador de despesa, documentos indispensáveis para o cumprimento do Art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Contudo, a presente análise considerará a documentação complementar posteriormente encaminhada pelo Poder Executivo para sanar tais pendências.

II – ANÁLISE

A análise da presente matéria sob a ótica da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Lei Orgânica Municipal concentrou-se na conformidade fiscal do projeto, dada a instituição de uma nova despesa de pessoal.

2.1. Da Sanção das Pendências Fiscais:

A documentação complementar encaminhada, em especial a "DECLARAÇÃO" datada de 11 de agosto de 2025 e assinada pelo Prefeito Municipal, Gilmar Reinoldo Wentz, e pelo Contador, Mauro Marcio Nunes Caldas, é a peça central para a viabilidade fiscal do projeto. A declaração atesta formalmente "que há adequação orçamentária e financeira com a LOA e compatibilidade com o PPA e a LDO, para o Projeto de Lei Municipal nº 027/2025".

Adicionalmente, a "ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO" anexa detalha o custo anual da bonificação em R\$ 400.000,00. A análise demonstra que a despesa total com pessoal do município, após a inclusão da bonificação, atingirá 50,92% da Receita Corrente

RUA WERNER CARLOS GALLE, 265, SETOR C - FONE/FAX:(066) 3529 1119-1066



Estado de Mato Grosso CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

Líquida Ajustada, permanecendo dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Este percentual se situa abaixo do Limite Prudencial (51,30%) e do Limite Máximo (54%).

A apresentação desses documentos supre as lacunas identificadas anteriormente e garante que o projeto atende plenamente aos requisitos do Art. 16 da LRF.

2.2. Da Conformidade Jurídica e de Mérito:

O Parecer Jurídico nº 44/2025 concluiu que o projeto é, em princípio, constitucional e legal quanto à competência, iniciativa e conteúdo. O projeto está em conformidade com as normas de técnica legislativa, e a iniciativa do Prefeito Municipal é adequada por tratar de remuneração de servidores. A natureza eventual e desvinculada da bonificação também foi considerada constitucional, em alinhamento com o Art. 37 da Constituição Federal.

Dessa forma, os aspectos formais e fiscais do projeto foram devidamente sanados.

III - VOTO

Diante do exposto e considerando que o Poder Executivo Municipal, por meio da Declaração formal do Prefeito e do Contador, atestou a adequação orçamentária e financeira do projeto, e que o Parecer Jurídico nº 44/2025 não encontrou outros vícios que impedissem sua tramitação, esta Comissão Permanente de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária emite parecer **FAVORÁVEL** à aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 027/2025.

IV - MOTIVAÇÃO

A decisão de aprovar o presente Projeto de Lei é motivada pela plena conformidade da matéria com a legislação fiscal vigente. A apresentação dos documentos que comprovam a existência de dotação orçamentária e a compatibilidade do gasto com as projeções fiscais do município sanou o único impeditivo apontado pela análise jurídica prévia. A aprovação desta proposição permitirá a instituição de um importante mecanismo de incentivo e valorização dos professores, com potencial de impactar positivamente a qualidade da educação em Querência, sem comprometer a saúde financeira do município.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2025.



Estado de Mato Grosso CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

Vereador Divino Goiamat, Presidente: Aprova Vereador Mestre Dragão, Relator: Aprova Vereadora Beatriz Steffen, Membro; Aprova

> Divino Goiamat Presidente da CFAEO

Mestre Dragao Relator da CFAEO

Beatriz Steffen
Membro da CFAEO